



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização  
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

16 DN SCIF2015 DE 29/05/2015

DISCURSO PRESIDENTE SCIF – XVIII CONGRESSO

EXCELÊNCIAS

A 14 de Junho de 1985 foi assinado entre a Alemanha, a Bélgica, a França, o Luxemburgo e a Holanda, o Acordo de Schengen, que visava suprimir gradualmente os controlos nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação para todos os nacionais dos estados signatários.

A 19 de Junho de 1990 foi assinada pelos referidos cinco estados-membros a convenção de Schengen, que completa o acordo e define as condições de aplicação e as garantias de realização desta livre circulação, a qual viria entrar em vigor em 1995.

O Acordo e a Convenção de Schengen, bem como os acordos e as regras conexas constituem o denominado “acervo de Schengen”, o qual, desde 1999, foi integrado no quadro institucional e jurídico da União Europeia por força de um protocolo anexo aos tratados.

Ao longo do tempo, os Acordos de Schengen foram alargados a outros estados, tendo Portugal assinado a sua adesão em 1991.

Em Portugal e na decorrência das negociações com a então Comunidade Europeia e por forma a corporizar os acordos assinados, em 1986 é publicado o diploma que viria a criar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, tal como o conhecemos hoje. Esse diploma criou a carreira de investigação e fiscalização, com competências em toda área de imigração, fronteiras e asilo.

Em 1990 o SEF admitia a estágio os primeiros inspetores, os quais viriam a iniciar funções em 1991.



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização  
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

Naturalmente, ninguém duvida que a existência da carreira de investigação e fiscalização, corpo policial do SEF, são decorrências da imperiosa necessidade de implementação em Portugal dos acordos assinados, corporizando desta forma a materialização de um dos pilares mais importantes da génese da união europeia – a liberdade de circulação.

Podemos então afirmar que, neste campo, Portugal tomou a liderança, criando uma estrutura com um elevado nível de preparação académica, especialização técnica e tecnológica, que hoje, para além da sua focagem central nas questões fronteiriças e da imigração, tem responsabilidades no campo dos sistemas de proteção subsidiária a refugiados, dos requerentes de asilo, da emissão dos passaporte nacionais e no processo de concessão de autorização de residência.

Na verdade, os acordos de Schengen e a carreira de investigação e fiscalização do SEF são produtos do mesmo ideal europeu: contribuir para um espaço livre de fronteiras internas, seguro nas fronteiras externas e eficaz no combate a todas as formas de tráfico de seres humanos, de imigração ilegal e de criminalidade transnacional.

Nos últimos tempos a pressão migratória no sul e leste da Europa e novos fenómenos de terrorismo e criminalidade transnacional têm provocado uma quase ruptura nos serviços de imigração dos países cujas fronteiras externas lidam diariamente com estes fenómenos. As realidades de Lampedusa (Itália), Mellila (Espanha) ou Samos (Grécia) ultrapassaram todas as piores expectativas

O clima de instabilidade económica, política e religiosa de alguns países do Médio Oriente e de África, aliado ao aparecimento de estruturas terroristas de âmbito transnacional, tem provocado uma maior porosidade



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização  
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

das fronteiras e, em consequência, acarretado nos países destino destes fenómenos uma mudança de paradigma na integração dos imigrantes.

Há cerca de 10 anos, de forma unilateral, os países do centro e do norte da Europa começaram a implementar regimes de imigração mais rígidos, afetando nacionais de estados terceiros e mesmo da União Europeia (a título de exemplo, os projetos de lei de imigração na Alemanha e na Suíça). E intensificam-se a emergência de fenómenos de extrema-direita xenófoba em países como a Dinamarca, Finlândia ou, acredite-se ou não, na Suécia.

A resposta a estes desafios – ou seja: a defesa do espírito europeu, da liberdade, da igualdade e da fraternidade entre os povos – terá necessariamente de passar por um maior investimento nos serviços de fronteira e imigração, o que não significa necessariamente maior despesa, mas sim uma aposta centrada na eficiência de meios.

Investir simultaneamente na segurança e na liberdade de movimentos é sinónimo de investir na democracia. E cortar, cortar nos investimentos necessários à segurança e à liberdade de circulação é, em si próprio – e hoje mais do que nunca – uma forma profundamente antidemocrática de dirigir e de governar os povos europeus.

Vem isto a propósito de, atualmente, por estes exatos dias – os inspetores do SEF estarem impedidos de participar em várias missões da Agência Europeia Frontex por absoluta, e completa, falta de meios humanos, apesar de sua atuação ter sido sempre merecedora dos maiores dos maiores elogios internacionais.



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização  
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

Apesar de se desdobrar em tarefas para além do que seria expectável e até sensato, o efetivo é terrivelmente insuficiente e não consegue acautelar as "duas frentes", a interna e a externa. Mais uma vez, não é só o prestígio de Portugal que fica diminuído, é também a segurança europeia e nacional que está posta em causa.

O SEF não admite um único inspetor há 12 longos anos... Trata-se de um serviço que tem sido continuamente desnatado por vários governos e que hoje se encontra reduzido a 714 inspetores. São estes poucos profissionais que, noite e dia, todos os dias do ano, têm de controlar todos os portos marítimos, fronteiras terrestres e aéreas em Portugal continental e ilhas, desenvolvendo atividade investigatória e preventiva para defender os cidadãos nacionais e os imigrantes que cruzam Portugal das redes criminosas transnacionais.

O SEF é um dos serviços europeus com inspetores mais bem preparados tecnologicamente para as suas funções. Mas já hoje, com as funções que tem, quase não chega para as necessidades. Com uma média etária de 42 anos o SEF está não só envelhecido como à beira de entrar em colapso.

Perguntar-me-ão: por que razão os sucessivos governos foram impedindo a entrada de novos inspetores? porque razão diminuíram a capacidade de um serviço cuja competência é reconhecida internacionalmente; que tem um historial de atuação competente, eficaz e humanista; que só gasta 55% do seu orçamento em pessoal e cujas receitas próprias são quase 60% do seu orçamento? Porque razão?

A razão parece ser só uma: a vontade que as outras forças policiais têm de absorver um serviço de excelência como o SEF. Mas esse desejo,



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização  
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

para além de ilegítimo, é errado do ponto de vista da eficácia. Se o SEF, que é uma força moderna, eficiente, tecnologicamente capaz, humanista e sustentável financeiramente, for absorvida por forças maiores, todas as suas qualidades se diluirão no mar de problemas e de ineficiências que caracterizam as outras forças.

É esta a questão política e prática que está em causa. E é uma questão muito importante!

No entanto e há que reconhecê-lo, tivemos um sinal positivo da Tutela, com a abertura de um pequeno concurso de admissão de novos inspetores que, não haja contratempos, irá iniciar-se previsivelmente em Setembro.

Direi um pequeno sinal porque o número é exíguo, 45 quando nem 200 resolviam as mais graves falhas. Mas se este for uma nova mudança de paradigma e se começarem a acautelar as necessidades reais em termos de pessoal, com admissões de inspetores de uma forma regular, poderemos atenuar esta importante questão.

Por muito que lhes custe, o SEF é um pilar insubstituível da soberania portuguesa e da soberania europeia. Por isso deve ser tratado, com a atenção que lhe é devida. O investimento no SEF é um investimento na segurança e na paz. É um investimento num mundo melhor, onde os imigrantes são protegidos das redes criminosas transnacionais e estas perseguidas e desmanteladas.

Apesar de cortes e mais cortes, o SEF tem contribuído para manter Portugal um oásis de segurança num continente ameaçado pelo terrorismo. Se a corda, agora, ameaça partir-se pela absoluta falta de recursos humanos, isso não se deve à falta de empenho dos inspetores. Deve-se sim a uma miopia política que não defende nem o Estado nacional, nem a sociedade portuguesa, nem o projeto europeu.



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização  
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

---

Esta – já o disse – é uma questão da maior importância para o nosso país. Será muito importante para nós todos, minhas senhoras e meus senhores, saber o que tantos e tão ilustres oradores têm a dizer sobre o assunto – a começar por Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, a quem, uma vez mais, agradeço a honra da sua presença.

Os dados, meus amigos, estão lançados. É a vossa vez de falar. Estamos ansiosos por vos ouvir.

Muito obrigado

Acácio Pereira  
(Presidente SCIF)